

POLÍTICAS NACIONAIS E AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO RS: PROJETANDO TERRITÓRIOS DE FORMAÇÃO

JOSIANE SILVEIRA SILVEIRA¹; LÍGIA CARDOSO CARLOS²

¹Universidade Federal de Pelotas - PPGeo/UFPEL – silveirajosiane@outlook.com.br

²Universidade Federal de Pelotas - PPGeo/UFPEL – li.gi.c@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O texto refere-se a uma pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. O tema de estudo foi a formação continuada de docentes vinculada às políticas voltadas a esses profissionais, observando suas repercussões no estado do Rio Grande do Sul e município de Pelotas, compreendendo o período de (2009-2018). Para o delineamento do estudo configurou-se como objetivo geral: Compreender como políticas públicas nacionais de apoio a formação continuada de professores, ao se espacializarem, produziram e ressignificaram ações de formação docente em escala local.

Buscou olhar o fenômeno pela ótica da escala geográfica sem reduzi-lo a identificação de limites e fronteiras, mas, procurando a expressão e a diferenciação no espaço geográfico do que é/foi produzido e estimulado por iniciativas da política educacional. No que se refere a escala geográfica, Souza (2013, p.181). afirma que “tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”. Posto isso, a escala geográfica esta correlacionada com a análise, percepção, concepção de um fenômeno que ocorre em uma determinada porção do espaço, não podendo ser entendido na concepção cartográfica/matemática, mas sim alinhada a uma abordagem que tem por objetivo investigar o processo ou os processos em sua concretude, levando em consideração a sua construção sócio-histórica e geográfica. Como bem nos assegura Castro (2000, p.130), a “noção de escala inclui tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno”. É uma estratégia de apreensão da realidade em que o pesquisador define qual escala ou escalas são mais apropriadas para revelar os conhecimentos que serão extraídos da sua pesquisa.

Outro conceito utilizado foi o de território. Muitos são os autores que o discutem, mas, concordamos com as contribuições de Souza (2013, p. 96) que o entende como um “campo de força”, ou – mais precisamente – “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.

2. METODOLOGIA

A proposta teve como método de abordagem a pesquisa qualitativa. A geração dos dados foi realizada por meio de documentos e entrevistas individuais semiestruturadas. Os documentos de âmbito nacional utilizados na pesquisa foram:

1) Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências; 2) Portaria n.1.087, de 10 de agosto de 2011 que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e define suas diretrizes gerais; 3) Portaria n. 1.328, de 23 de setembro de 2011 que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública; 4) Resolução n. 2 de maio de 2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. No que se refere ao âmbito estadual, definimos como principal documento orientador a Lei Nº 14.705, de 25 de junho DE 2015. (que institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE, o texto da lei traz metas e estratégias direcionadas para a formação continuada de docentes.

Quanto as entrevistas semiestruturadas, foram interlocutores um docente vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), mais especificamente o secretário executivo do Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente (FEPAD) nos anos de 2017 e 2018, e uma docente da UFPel, a qual foi uma das idealizadoras da criação do Fórum de Integração entre o Ensino Superior e a Educação Básica (FIESEB). Para a análise dos dados, expressos na legislação e nas entrevistas, foram utilizados aspectos do processo de análise de conteúdo (FRANCO, 2003 e GODOY, 1995).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pensarmos sobre o que a política nacional produziu e ressignificou ao se espacializar em escala local, foi necessário entender os tipos de relações sociais que se formaram na articulação das diferentes escalas do fenômeno e como elas puderam ou não constituir territórios de formação.

Primeiramente, cabe salientar o tipo de compreensão sobre formação de professores presente na política nacional do período, ou seja, uma formação entendida como processo permanente que articula formação inicial e formação continuada. Também, uma compreensão de formação que pressupõe um vínculo entre instituições educacionais da rede básica e instituições formadoras de ensino superior.

Na articulação entre escalas nacionais e local as relações sociais se formam e se diluem, produzindo e dissolvendo os campos de força que constituem o território de formação. Nesse sentido, uma característica da política nacional foi a de recorrer à criação de redes para levantamento de demandas e oferta de propostas como estratégia para o desenvolvimento das ações formativas. A intenção era de qualificar a formação, porém, tornou-se vulnerável ao não reconhecer os limites das articulações entre os entes federados e a pequena cultura de participação dos professores no que se refere a proposição de demandas para a formação continuada. Ainda, tornou-se frágil, também, por não ter conseguido superar as disputas de poder entre os representantes dos executivos municipais, estaduais e federais que aderem ou não a determinadas iniciativas conforme interesses de curto prazo vinculadas às inclinações de grupos que querem ocupar determinados espaços de representação política.

Importante considerar a dinâmica espaço temporal dessas políticas. A proposta de âmbito federal se expressa em lei a partir de 2009, o FEPAD-RS se institui em 2012 e o primeiro FIESEB ocorre em 2018, sendo sua proposição iniciada em 2017. Há um percurso de implementação da política no qual não há muito controle sobre os encaminhamentos nas diferentes escalas e nos tempos necessários para sua execução e permanência, o que configura entraves no estabelecimento de uma territorialidade sólida. Ao longo desse processo articulações foram realizadas que tanto qualificaram quanto mitigaram a proposição inicial. Mesmo assim, ações estavam constituindo processos de territorialização, ou seja, ações de criação e manutenção do FEPAD com representantes de diversas instituições, levantamento de

demandas de formação de distintas localidades do estado do RS, organização de planejamento estratégico para atendê-las e articulação entre educação básica e ensino superior tanto pelo FEPAD quanto pelo FIESEB. Nesse contexto identificamos o estabelecimento de condições para a constituição de um território formativo, porém, não a sua consolidação devido à ausência de relações sociais capazes de constituir as relações de poder que garantiriam a existência de um território da formação continuada, causada pela condição desagregada das políticas.

Destacamos que o envolvimento de alguns docentes no processo de implementação das políticas nacionais, participando de reuniões, seminários e indicando necessidades de formação, e nas ações que foram realizadas em escala local tiveram potencial para ressignificar e produzir conhecimentos no que diz respeito às suas carreiras profissionais, possivelmente permitindo trocas de experiências entre pares, e promovendo melhorias na qualidade do ensino.

4. CONCLUSÕES

No contexto estudado identificamos o estabelecimento de condições para a constituição de um território formativo, porém, não a sua consolidação devido à ausência de relações sociais capazes de constituir as relações de poder que garantiriam a existência de um território da formação continuada. Entendemos que a maior força estava pouco representada, os professores da educação básica, profissionais com autonomia e capacidade para tomar decisões e protagonizar a formação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Iná. O problema da escala. In: CASTRO, Iná. et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FRANCO, Maria. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> >. Acesso em: setembro de 2019.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espaial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.